

PCB estuda seu papel na transição

São Paulo — A continuidade do apoio ao governo Sarney para sustentar a transição democrática e a avaliação dos resultados eleitorais de 1986, quando conseguiu eleger somente três deputados à Constituinte, são alguns dos temas principais que o Diretório Nacional do Partido Comunista Brasileiro debate neste final de semana. Do encontro sairão documentos básicos para a discussão do 8º Congresso dos Comunistas — o primeiro da legalidade — em maio, em São Paulo.

No texto para discussões, o PCB na Transição Democrática, os comunistas defendem a necessidade de isolar e derrotar as "forças reacionárias" e de "massas populares" se movimentarem por suas reivindicações de forma mais vigorosa. Para sustentar a transição democrática, o PCB aponta a importância da "unidade e convergência das forças políticas democráticas numa frente ampla", integrada organicamente pela Aliança Democrática, com o PMDB como eixo principal.

Os comunistas também defendem a luta para derrubar "as posições inconseqüentes de forças do campo democrático", referindo-se ao PT e ao PDT. Em relação ao PT, os comunistas afirmam que sua "política é de rejeição a qualquer aliança com forças que apóiam a Nova República". Quanto ao PDT, o documento cita que "Leonel Brizola esmera-se em ataques aos comunistas" e sua posição é "oportunista e aventureira".

Hércules Correia, da direção nacional do PCB, analisa que hoje o empresariado está tentando arrebentar com o governo de transição e que as centrais de trabalhadores — CUT e CGT — não estão entendendo a importância do pacto social, "discutindo o problema somente do ponto de vista corporativista".

Correia e o deputado eleito por Pernambuco, Roberto Freire, que disputam a hegemonia dentro do partido, defendem enfaticamente a necessidade da estabilidade do governo. Mas Roberto Freire admite algumas adaptações nesse apoio, citando, como exemplo, a greve geral de 12 de dezembro: mesmo o PCB apoiando o governo, participou ativamente dos protestos dos trabalhadores.

Aureliano dá apoio a Ulysses

p. 3

Belo Horizonte — Ao afirmar, ontem, nesta capital, que o PFL não lançará candidato à presidência da Câmara e do Senado, o ministro das Minas e Energia e presidente de honra do PFL, Aureliano Chaves, declarou o apoio de seu partido à reeleição do deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) para a presidência da Câmara. Disse que respeita a posição de Fernando Lyra (PMDB-PE) mas apóia Ulysses, por considerá-lo como "a liderança mais expressiva do PMDB, a nível nacional".

Aureliano voltou a afirmar que uma possível reforma ministerial, a partir do peso adquirido pelo PMDB, depois da

vitória do partido nas eleições de 15 de novembro passado, "é assunto exclusivo do presidente da República". Mas, deixou claro que não aceitará a divisão do Ministério das Minas e Energia em dois. "O presidente é quem decide, mas ele não vai dividir, comigo no ministério", declarou Aureliano.

O ministro disse que as principais lideranças do PFL farão reuniões, possivelmente nos próximos dias 20 e 21, para definir a posição do partido em relação ao governo federal.

— É muito cômodo aplaudir quando a situação vai bem, mas quando dá para trás, todos querem ir para a oposição. Temos de discutir a posição do

partido, a nível nacional, e não podemos decidir com precipitação, até porque o presidente Sarney é intrinsecamente um homem do PLF, e apenas nominalmente do PMDB, disse o ministro.

Ele afirmou, no entanto, que, em relação ao governo de Minas, o PFL já se decidiu: vai mesmo para a oposição, que, segundo disse, é a "posição para a qual as urnas nos mandaram". Mas, afirmou que a oposição "será construtiva", já que levará em conta o interesse maior de Minas.

O presidente licenciado do diretório regional do PFL de Minas, deputado Paulino Cícero, afirmou que o partido

tem "o dever" de fazer oposição ao governador eleito, Newton Cardoso (PMDB).

— Para seguir o que o povo quer, temos um caminho claro que as urnas nos traçaram, que é o de fazer oposição, junto com as outras agremiações que têm a mesma índole. Nós já pagamos um preço muito alto na busca da isonomia política. Devido à Aliança Democrática, para a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República, fizemos também acordo em Minas com o governador Hélio Garcia, que, portanto, não teve oposição. Mas, o prejuízo que o estado teve com isto só será avaliado no futuro — concluiu Paulino Cícero.

ANC 88
Pasta 11 a 19
Jan/87
004